

Demonstrações Contábeis

Renosa Participações S.A. e Consolidado

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	1
Demonstrações contábeis auditadas individuais e consolidadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Renosa Participações S.A. e Consolidado
Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Renosa Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renosa Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 29 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O-7-T-CE

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9	605	345.445	73.809
Aplicação financeira de curto prazo	5	442	1.333	265.549	599.348
Contas a receber	7	-	-	312.784	313.612
Partes relacionadas	8	-	-	40.681	36.286
Estoques	9	-	-	302.995	250.411
Tributos a recuperar	10	2.621	1.693	252.901	241.514
Instrumento financeiro derivativo	22	-	-	51.670	39.814
Dividendos a receber	14	21.839	16.348	-	-
Despesas antecipadas	12	-	-	13.953	14.025
Outros ativos		-	-	31.453	26.914
		24.911	19.979	1.617.431	1.595.733
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		-	-	22.754	34.150
Conta vinculada	6	-	-	34.101	46.602
Tributos a recuperar	10	-	-	50.605	117.621
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	-	19.612
Instrumento financeiro derivativo	22	-	-	20.122	22.696
Depósitos judiciais	13	-	-	184.318	195.881
Despesas antecipadas	12	-	-	6.063	5.748
Investimentos	14	2.591.975	2.668.745	183.460	182.417
Imobilizado	15	-	-	1.716.007	1.693.787
Intangível	16	-	-	3.561.280	3.562.429
		2.591.975	2.668.745	5.778.710	5.880.943
Total do ativo		2.616.886	2.688.724	7.396.142	7.476.676

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	1.350	36	484.404	504.886
Fornecedores risco sacado	19	-	-	281.025	200.152
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	354.972	289.194
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	5.692	8.597
Ações preferenciais resgatáveis	24	8.834	-	8.834	-
Subvenções governamentais	23	-	-	16.924	16.695
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	25	-	-	82.566	95.566
Obrigações com arrendamento mercantil		-	-	148	3.642
Obrigações tributárias	10	-	1	92.097	110.727
Tributos parcelados		-	-	156	155
Debêntures	21	-	60.259	39.835	162.216
Dividendos a pagar		17.818	3.260	11.250	11.682
Partes relacionadas	8	-	-	12.669	2.877
Outras contas a pagar		-	-	18.074	4.066
Total do passivo circulante		28.002	63.556	1.408.646	1.410.455
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.172.522	1.178.720
Ações preferenciais resgatáveis	24	450.000	-	450.000	-
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	-	750
Subvenções governamentais	23	-	-	36.127	39.393
Obrigações com arrendamento mercantil		-	-	890	4.158
Tributos parcelados		-	-	1.532	1.688
Obrigações com antigos acionistas	6	-	-	34.101	46.602
Debêntures	21	-	391.293	19.909	451.018
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	33.320	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	-	-	240.078	210.337
Outras contas a pagar		-	-	99	99
Total do passivo não circulante		450.000	391.293	1.988.578	1.932.765
Patrimônio líquido					
Capital social	27	533.671	533.671	533.671	533.671
Reserva de capital		250.461	250.461	250.461	250.461
Outros resultados abrangentes		1.220	2.307	1.220	2.307
Reserva de lucros		1.353.533	1.447.437	1.353.533	1.447.437
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		2.138.885	2.233.875	2.138.885	2.233.875
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.860.033	1.899.581
Total do patrimônio líquido		2.138.885	2.233.875	3.998.918	4.133.456
Total do passivo e patrimônio líquido		2.616.886	2.688.724	7.396.142	7.476.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	28	-	-	3.722.174	3.455.718
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	29	-	-	(2.483.745)	(2.245.472)
Lucro bruto		-	-	1.238.429	1.210.246
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	30	-	-	(612.561)	(576.325)
Gerais e administrativas	31	(21.677)	(148)	(317.203)	(294.105)
Resultado de equivalência patrimonial		91.953	68.831	8.811	11.674
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	5.936	1.947
Lucro operacional		70.276	68.683	323.412	353.437
Resultado financeiro líquido		(38.158)	(54.942)	(181.637)	(250.076)
Lucro antes do imposto do imposto de renda e da contribuição social		32.118	13.741	141.775	103.361
Impostos correntes	11	-	(14)	(7.405)	(17.969)
Impostos diferidos	11	-	-	(54.882)	(36.207)
		-	(14)	(62.287)	(54.176)
Lucro líquido do exercício		32.118	13.727	79.488	49.185
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(47.369)	(35.458)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora		32.118	13.727	32.118	13.727
Quantidade de ações no final do exercício - em milhares		396.244	396.244		
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais		0,08	0,03		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		32.118	13.727	79.488	49.185
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	26	(1.810)	8.022	(933)	12.156
Tributos diferidos sobre o resultado com instrumentos financeiros derivativos	11	724	(3.216)	373	(4.872)
Outros resultados abrangentes		-	(267)	-	(405)
		(1.086)	4.539	(560)	6.879
Resultado abrangente total do exercício		31.032	18.266	78.928	56.064
Atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	31.032	18.266
Acionistas não controladores		-	-	47.896	37.798
Resultado abrangente total do exercício		31.032	18.266	78.928	56.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total	Participação de não controladores	Total
			Legal	Reserva para investimentos	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados				
Em 31 de dezembro de 2016	533.671	250.461	97.400	1.236.845	204.512	-	(2.232)	2.320.657	1.955.104	4.275.761
Dividendos pagos	-	-	-	-	(96.749)	-	-	(96.749)	-	(96.749)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.900)	(84.900)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	(5.039)	-	-	(5.039)	-	(5.039)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	4.539	4.539	2.340	6.877
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.727	-	13.727	35.458	49.185
Destinação do lucro:										
Constituição de reservas	27	-	686	-	9.781	(10.467)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(3.260)	-	(3.260)	-	(3.260)
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.421)	(8.421)
Em 31 de dezembro de 2017	533.671	250.461	98.086	1.236.845	112.505	-	2.307	2.233.875	1.899.581	4.133.454
Ajuste pela adoção do CPC 47	-	-	-	-	(4.134)	-	-	(4.134)	(2.131)	(6.265)
Ajuste pela adoção do CPC 48	-	-	-	-	2.369	-	-	2.369	1.221	3.590
Saldo em 1º de janeiro de 2018	533.671	250.461	98.086	1.236.845	110.740	-	2.307	2.332.110	1.898.669	4.130.779
Dividendos pagos	27	-	-	-	(80.740)	-	-	(80.740)	-	(80.740)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.199)	(74.199)
Dividendos pagos adicionais	27	-	-	(6.000)	(30.000)	-	-	(36.000)	-	(36.000)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(1.087)	(1.087)	(560)	(1.647)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.118	-	32.118	47.369	79.488
Destinação do lucro:										
Constituição de reservas	27	-	2.048	22.553	-	(24.601)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(7.518)	-	(7.518)	-	(7.518)
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.250)	(11.250)
Em 31 de dezembro de 2018	533.671	250.461	100.134	1.253.398	-	-	1.220	2.138.885	1.860.033	3.998.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstração do fluxo de caixa

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	32.118	13.727	79.488	49.185
Ajustes para reconciliar o lucro líquido				
Depreciação e amortização	-	-	282.239	272.897
Resultado da equivalência patrimonial	(91.953)	(68.831)	(8.811)	(11.674)
Baixa de ativo imobilizado	-	-	4.943	14.973
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	54.882	36.207
Constituição de provisão para contingências	-	-	42.637	34.786
Provisão para remuneração de pessoal chave	-	-	153	7.256
Provisão para perdas de estoque/imobilizado	-	-	(17)	1.663
Ajuste a valor presente/PCLD/descontos grandes redes	-	-	(1.457)	17.918
Juros e rendimentos, líquidos	30.826	54.749	129.512	193.270
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	8.834	-	8.834	-
MTM dos instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	2.515
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	39.207	24.858
	(20.175)	(355)	631.609	643.854
(Acréscimos) decréscimos de ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	5.846	70.123
Partes relacionadas	-	-	5.396	(3.343)
Estoques	-	-	(54.703)	12.580
Despesas antecipadas	-	-	(242)	7.886
Depósitos judiciais	-	-	15.753	5.042
Outros ativos	-	5.962	(4.538)	(3.205)
Fornecedores	1.314	(54)	(19.448)	46.629
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(1)	-	(16.642)	(6.710)
Operação de risco sacado	-	-	80.107	70.378
Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar	(928)	(284)	36.999	14.037
Pagamento de contingências	-	-	(56.290)	(49.420)
Outros passivos	-	-	(3.809)	(39.299)
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	(19.790)	5.269	620.038	768.552
Pagamento de juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil	(58.425)	(71.254)	(142.569)	(167.586)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	(78.215)	(65.985)	477.469	600.966
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	-	(860)	-	23.428
Aplicações financeiras de curto prazo	891	-	346.852	(598.015)
Aumento de investimentos	-	-	7.826	(32.134)
Aumento de investimento, líquido do efeito de caixa na desconsolidação da investida	-	-	-	-
Aquisições de imobilizado	-	-	(293.658)	(242.141)
Aquisições de intangível	-	-	(14.993)	(9.041)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	891	(860)	46.027	(857.903)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	-	286.986	1.276.911
Amortização principal de empréstimos	-	-	(297.669)	(836.901)
Captação de instrumentos financeiros	-	-	-	-
Amortização de instrumentos derivativos	-	-	-	(1.512)
Emissão de APRs	450.000	-	450.000	450.000
Captação de instrumentos financeiros	-	-	37.306	-
Tributos parcelados	-	-	(155)	(121)
Amortização principal de debêntures	(423.953)	(14.283)	(527.034)	(123.026)
Dividendos recebidos	160.380	237.599	-	-
Dividendos pagos	(109.700)	(156.238)	(192.320)	(278.639)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(8.973)	(14.826)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	76.727	67.078	(251.859)	471.886
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	(596)	235	271.636	(235.049)
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa				
No início do período	605	370	73.809	308.858
No final do período	9	604	345.445	73.809
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	(596)	235	271.636	(235.049)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. (“Companhia” e “Controladora”) foi constituída em 11 de agosto de 2009, tendo como atividade preponderante a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

Até 30 de junho de 2013, a Renosa Participações S.A. era controladora da Companhia Maranhense de Refrigerantes, Tocantins Refrigerantes Ltda. e Crystal Águas do Nordeste Ltda. e possuía participação minoritária indireta de 34% na Refrescos Guararapes Ltda. Em 3 de julho de 2013, a Companhia efetuou aquisição de 56% do controle da então Nordeste Refrigerantes S.A. e da Refrescos Guararapes Ltda., incluindo à época a Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda. conforme descrito na Nota 4. Esse controle foi adquirido via constituição da *holding* Solar.BR Participações S.A. (“Solar.BR”). Em 5 de janeiro de 2015, a Companhia efetuou aquisição adicional de 10% das ações da controlada Solar.BR Participações S.A., passando assim a deter um total de 66% das ações com direito a voto da Solar.BR.

a) Holding controladora das entidades operacionais

A Solar.BR Participações S.A. (“Companhia” ou “Solar.BR”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de março de 2013, com sede em Fortaleza. Trata-se de uma holding controladora, desde 3 de julho de 2013, da Tocantins Refrigerantes Ltda., Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda. As controladas da Companhia são responsáveis pela manufatura e distribuição dos produtos pertencentes a “The Coca-Cola Company” - TCCC, bem como da revenda das bebidas produzidas pela Cervejaria Heineken, CAF - Crystal Águas do Nordeste Ltda., Leão Alimentos e Bebidas Ltda., e os produtos da Marca ADES e Campo Verde. A área de atuação compreende todos os estados do Nordeste, além do Mato Grosso e parte de Tocantins e Goiás.

A Solar.BR Participações S.A. possui como acionistas a Recofarma Indústria da Amazônia Ltda. (34%) e a Renosa Participações S.A. (66%). Este conglomerado é um dos maiores fabricantes da Coca-Cola no Brasil, com um contingente de mais de 12.000 funcionários, 11 fábricas e 40 centros de distribuição.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

b) Entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia mantém investimentos através de controladas diretas e indiretas, todas localizadas no Brasil, conforme segue:

	% de participação	
	2018	2017
Controlada direta:		
Solar.BR Participações S.A.	66,00	66,0
Controladas indiretas (através da Solar.BR):		
Norsa Refrigerantes S.A.	66,0	66,0
Tocantins Refrigerantes Ltda.	66,0	66,0
Refrescos Guararapes Ltda.	66,0	66,0
Poty Refrigerantes Ltda.	66,0	66,0
Controladas em conjunto (<i>joint ventures</i>):		
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	50,00	50,00
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	7,05	7,05
Trop Frutas do Brasil Ltda.	5,81	5,81
UBI 3 Participações Ltda.	11,00	11,00

Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa") - sociedade anônima de capital fechado que tem como controlada Poty Refrigerantes Ltda. ("Poty") e Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref"), que não possuem operações. O objetivo social principal da Norsa é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Bahia e Mato Grosso.

Refrescos Guararapes Ltda. - sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos, atuando nos estados de Paraíba, Sergipe e Maranhão.

Crystal Águas do Nordeste Ltda. ("CAF") - sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a fabricação de águas envasadas nos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e parte da Bahia.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

c) Reestruturações societárias

Com a finalidade de simplificar a estrutura societária e consolidação das atividades da controlada Solar.BR, bem como redução de custos financeiros, técnicos e operacionais, as seguintes mudanças na estrutura societária foram efetuadas em 2016:

i) *Cisão parcial da Companhia Maranhense de Refrigerantes*

Em 1º de agosto de 2016 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a cisão do acervo líquido contábil formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis da CMR. O acervo líquido cindido, avaliado a valores contábeis através de laudo emitido por empresa especializada, foi integralmente incorporado pela Refrescos Guararapes Ltda. Em decorrência dessa cisão, a região do Estado de Maranhão passou a ser atendida pela Refrescos Guararapes Ltda.

ii) *Cisão Parcial da Companhia Maranhense de Refrigerantes*

Em 1º de outubro de 2016 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a cisão do acervo líquido contábil formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis da CMR. O acervo líquido cindido, avaliado a valores contábeis através de laudo emitido por empresa especializada, foi integralmente incorporado pela Norsa Refrigerantes S.A. Em decorrência dessa cisão, a região do Estado de Mato Grosso passou a ser atendida pela Norsa Refrigerantes S.A.

iii) *Alienação de 50% da Crystal Águas do Nordeste Ltda.*

Em 4 de fevereiro de 2016 foi aprovada a 3ª Alteração do Contrato Social que ratificou o Contrato de Compra e Venda de Quotas entre a Companhia Maranhense de Refrigerantes e a MAA Investimentos e Participações Societárias Ltda. ("MAA"), subsidiária da Coca-Cola Indústrias Ltda. ("CCIL"), através do qual a MAA adquiriu 50% do capital social da Crystal Águas do Nordeste Ltda. ("CAF"). A partir desse momento, o controle da CAF passou a ser realizado de forma compartilhada entre a CMR e a CCIL, na forma de uma *joint venture*, nos termos definidos pelo CPC 18.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do período.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas Controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 29 de março de 2019.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e suas entidades controladas em 31 de dezembro de 2018.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

2.2. Investimentos

Investimento em controlada

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*), integra o valor contábil do investimento nas controladas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o resultado atribuível aos acionistas das controladas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Investimentos--Continuação

Investimento em controladas--Continuação

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Investimento em joint ventures

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem o consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em suas *joint ventures* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e as operações não são consolidadas.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos e mercadorias é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos e mercadorias forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

As bonificações financeiras ou em produtos concedidas aos clientes são registradas por competência reduzindo as receitas de vendas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

2.5. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. As controladas da Companhia, fruto dos incentivos fiscais, possuem uma alíquota efetiva para os impostos correntes próxima de 15,25%.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da Companhia se refere a diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Contas a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.7. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

i) Classificação e mensuração de ativos financeiros

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48). Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: esses ativos são subsequentemente mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Classificação e mensuração de ativos financeiros--Continuação

- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48:

Instrumento financeiro	Classificação		Mudança valorização
	CPC 38	CPC 48	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Custo amortizado	Não
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado/valor justo por meio do resultado	Não
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Não
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	Não
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Valor justo por meio de resultado	Não

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas efetuaram o cálculo do ajuste a valor presente incidente sobre o saldo do passivo das subvenções governamentais.

2.9. Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de bonificações recebidas, depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 15.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que as controladas da Companhia obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.11. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.12. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Ativos intangíveis--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Administração da Companhia e suas controladas provisionaram a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

2.16. Informações por segmento

A Companhia atua no segmento de produção e comercialização de bebidas. As unidades operacionais da Companhia e suas Controladas em conjunto fazem parte de um único processo produtivo. Dessa forma, conclui-se sobre a existência de uma única unidade geradora de caixa e conseqüentemente sobre a existência de um único segmento operacional.

2.17. Bonificações

As bonificações financeiras ou em produtos concedidas aos clientes são registradas por competência reduzindo as receitas de vendas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e adotados

2.18.1. Adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método do efeito cumulativo, com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada em 2017 não foi reapresentada e, dessa forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente com o CPC 30 (IAS 18) e interpretações relacionadas.

O principal efeito da aplicação inicial dessa nova norma é atribuído pela: Reclassificação de verbas indiretas e acordos comerciais classificados anteriormente como despesas de vendas. Adicionalmente, houve um ajuste no saldo inicial de 1º de janeiro de 2018, no patrimônio líquido, no valor de R\$6.265, referente ao ajuste de bonificações já concedidas que afetavam a constraprestação futura a receber.

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e interpretação relacionadas.

2.18.2. Adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Essa norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 trouxe efeito na adoção inicial no patrimônio líquido de R\$3.591, referente à modificação de determinadas estruturas de *hedge accounting*, além de revisão do *impairment* do contas a receber. Adicionalmente, houve mudança na classificação dos instrumentos financeiros nas novas categorias, como custo amortizado, valor justo por meio de resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Não houve, contudo, mudanças quanto à valorização destes instrumentos financeiros da Companhia.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e adotados--Continuação

2.18.2. Adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros--Continuação

Contabilidade de hedge

A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 em relação à contabilidade de *hedge* a partir de 1º de junho 2018. Estes requerimentos exigem que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia, tornam a avaliação de efetividade uma abordagem mais qualitativa e prospectiva e proíbem a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*.

A Companhia designa como instrumento de *hedge* o valor intrínseco de suas opções para proteção do preço do açúcar. O CPC 48 muda a forma de contabilização do valor temporal das opções (valor extrínseco), com racional que esse componente faz parte do custo de *hedge* e não deve ser reconhecido diretamente no resultado. Dessa forma, as variações do valor extrínseco dessas opções são reconhecidas e acumuladas como custo de *hedge* como um componente separado em outros resultados abrangentes e contabilizados posteriormente da mesma forma que os ganhos e perdas acumulados na reserva de fluxo de caixa.

2.18.3. Adoção do CPC 47 e 48 - Instrumentos Financeiros

A tabela a seguir resume os impactos da adoção do CPC 47 e 48 na demonstração do resultado de sua controlada Solar no período findo de 31 de dezembro de 2018, para cada linha alterada. Ocorrendo um impacto de R\$1.651 no lucro apurado antes da adoção dos CPCs relacionados anteriormente:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e adotados--Continuação

2.18.3. Adoção do CPC 47 e 48 - Instrumentos Financeiros--Continuação

	Notas	Consolidado		Após CPCs 31/12/2018
		Antes do CPCs 31/12/2018	Ajuste CPC	
Receita operacional líquida	28	3.700.694	(21.480)	3.722.174
Custo de produtos vendidos	29	(2.483.745)	-	(2.483.745)
Lucro bruto		1.216.949	(21.480)	1.238.429
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	31	(317.203)	-	(317.203)
Despesas com vendas	30	(586.008)	26.553	(612.561)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		5.936	-	5.936
		(897.275)	26.553	(923.828)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias		319.674	5.073	314.601
Resultado das participações societárias	14	8.811	-	8.811
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		328.485	5.073	323.412
Despesas financeiras	32	(243.862)	(6.565)	(237.297)
Receitas financeiras	32	62.810	3.143	59.667
Variação cambial líquida	32	(4.007)	-	(4.007)
		(185.059)	(3.422)	(181.637)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		143.426	1.651	141.775
Imposto de renda e contribuição social	11			
Corrente		(7.405)	-	(7.405)
Diferidos		(54.882)	-	(54.882)
		(62.287)	-	(62.287)
Lucro líquido do exercício		81.139	1.651	79.448

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Companhia não adotou antecipadamente os novos CPCs a seguir, já emitidos e ainda não vigentes:

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

O pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento exige, entre outros, que os arrendatários reconheçam os arrendamentos nos seus balanços patrimoniais, refletindo o seu direito de usar um ativo durante um determinado período e o passivo associado para refletir as obrigações. Os juros sobre o passivo de arrendamento e a amortização do ativo são reconhecidos na demonstração do resultado de acordo com sua respectiva vida útil.

A Companhia avaliou os impactos da nova norma e estima os valores conforme apresentado abaixo:

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Total</u>
Bens direito de uso	29.147	12.764	5.285	47.196
Passivo - valor presente	29.147	12.764	5.285	47.196
Passivo - juros	7.092	912	800	8.804

Dada a complexidade do tema, pode ser que, até a adoção inicial dessa norma, haja revisão da conclusão e dos itens no escopo, incluindo premissas para apuração dos valores presentes líquidos.

CPC 32 - Incerteza sobre o Tratamento de Impostos sobre o Lucro

Em junho de 2017, o IASB emitiu a *IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments*, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019. Até o momento, a Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 17.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 11.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	9	8	38.018	34.086
Aplicações financeiras	-	597	307.427	39.723
	9	605	345.445	73.809

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentual médio de 95,9% (2017: 95% a 101%) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
CDB	-	-	190.887	2.057
Debêntures compromissadas	-	597	116.540	37.666
	-	597	307.427	39.723

5. Aplicações financeiras de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado em aplicações financeiras de curto prazo o montante de R\$442 (R\$1.333 em 2017) na controladora e R\$265.549 (R\$599.348 em 2017) no seu consolidado, referente a fundos de investimento, compostos substancialmente por títulos públicos federais, títulos de crédito privado e operações compromissadas, remunerados à taxa média 106% da taxa do CDI, não havendo carências para efetuar o resgate das cotas.

6. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas (Consolidado)

	2018	2017
Não circulante		
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	806	783
Conta garantida com o Grupo Vieira (ii)	33.295	45.819
	34.101	46.602

- (i) A controlada Norsa possui, em 2018, R\$806 (R\$783 em 2017), recebido pela incorporação da Renosa Indústria Brasileira de Bebidas S/A ocorrida em 30 de setembro de 2012, referente à conta vinculada (*escrow*) contratada junto ao Banco Citibank S.A. (depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.
- (ii) A controlada Norsa possui, em 2018, R\$33.295 (R\$45.819 em 2017) aplicados em CDB e fundos de investimento no Banco Bradesco referente à conta vinculada (*escrow*) contratada quando da negociação das aquisições da CBA Indústria e Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda. em junho de 2011 (posteriormente incorporada em agosto 2013) e CAF. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação ao antigo acionista se dará parte até 2019 e parte do saldo a depender dos prazos prescricionais dos processos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas (Consolidado)-- Continuação

Esses valores servem para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade dos antigos acionistas, que porventura venham a surgir contra a Companhia. Esses passivos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado da conta vinculada. A controlada Norsa reconhece o mesmo valor aplicado em conta vinculada como obrigações com os antigos acionistas.

7. Contas a receber (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as contas a receber de clientes possuíam a seguinte composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Partes relacionadas (Nota 8)	591	1.366
Contas a receber de clientes	339.103	344.177
	339.694	345.543
(-) Ajuste a valor presente	(1.208)	(1.088)
(-) Abatimentos	(17.802)	(13.054)
	320.684	331.401
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(7.900)	(17.789)
	312.784	313.612

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	267.334	258.965
Vencidos:		
1 a 30 dias	43.239	45.090
31 a 60 dias	4.038	170
61 a 90 dias	224	611
91 a 120 dias	231	3.497
121 a 150 dias	539	3.949
151 a 180 dias	102	2.549
Vencidos há mais de 180 dias	16.087	12.923
	331.794	327.754
(-) Ajuste a valor presente	(1.208)	(1.088)
(-) Abatimentos	(17.802)	(13.054)
	312.784	313.612

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber (Consolidado)--Continuação

Vide a seguir as movimentações na provisão para provisão para crédito de liquidação duvidosa dos montantes a receber:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	(17.789)	(10.675)
(-) Adoção do CPC 48	5.439	-
(+) Adições	(3.859)	(13.911)
(-) Baixas	8.309	6.797
	<u>(7.900)</u>	<u>(17.789)</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o prazo médio de recebimento foi de 23 dias (18 dias em 31 de dezembro de 2017).

8. Partes relacionadas (Consolidado)

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 7)		
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	523	1.067
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	68	299
	<u>591</u>	<u>1.366</u>
Contas a receber de empresas associadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	28.321	26.528
Holdco0 Participações S.A.	-	-
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	8.127	6.362
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	4.233	3.397
	<u>40.681</u>	<u>36.286</u>
Passivo circulante - fornecedores (Nota 18)		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	46.357	76.920
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	9.036	11.146
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	12.385	9.830
Total Distribuidora de Bebidas Ltda.	12.528	18.653
	<u>80.306</u>	<u>116.549</u>
Contas a pagar a empresas associadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	1.357	2.823
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	11	54
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	11.301	-
	<u>12.669</u>	<u>2.877</u>

A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. é o principal fornecedor de insumos da Companhia. A mesma fornece o concentrado, principal matéria-prima para fabricação de refrigerantes. A Recofarma é uma empresa do Grupo "The Coca-Cola Company".

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

Empresas líderes do conglomerado

A Renosa Participações S.A. é uma *joint venture* controlada conjuntamente pela Calila Investimentos S.A., TJ Participações S.A. e Refrigerantes do Noroeste Participações S.A. (acionistas diretos da também investidora Holdco 0 Participações S.A.) representando 69,1% das ações, com participação da Forsab Investments (Proprietary) Limited e Manchional Investment Holding S.A.R.L., conjuntamente representando 30,9% das ações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. é detentora de 66% das ações ordinárias da Solar. BR Participações S.A. A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. detém os 34% remanescentes das ações ordinárias da Solar.BR.

Joint ventures em que a Companhia tem participação indireta

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a controlada Solar.BR detém, indiretamente através de sua controlada Norsa, 6,81% do capital da Leão Alimentos e Bebidas Ltda. Adicionalmente, em 2016, a Norsa adquiriu participação de 5,79% do capital da Trop Frutas do Brasil Ltda., produtora de polpa de frutas localizada em Linhares, ES.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes. O contas a receber de empresas associadas, no ativo circulante, e a conta de fornecedores referentes a Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., Total Distribuidora Ltda., Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e Crystal Águas do Nordeste Ltda representam operações mercantis entre partes relacionadas, realizadas a preços e prazos acordados entre as partes. A Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e a Total Distribuidora Ltda. são fabricantes das bebidas não carbonatadas, já a Crystal Águas do Nordeste Ltda. na fabricação de águas envasadas.

Demonstração a natureza das transações entre as partes relacionadas no quadro abaixo:

<u>Parte relacionada</u>	<u>Natureza das transações</u>
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	Compra de matéria prima concentrado
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	Compra de produtos para revenda
Total Distribuidora Ltda.	Compra de produtos para revenda
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	Compra de produtos para revenda

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

No exercício de 2018, as despesas com honorários dos conselheiros e diretores da Companhia totalizaram R\$21.874 (R\$20.597 em 2017).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

Plano de remuneração baseado em ações virtuais da diretoria

O Programa de Incentivo de Longo Prazo foi iniciado em julho de 2013 e visa regulamentar a remuneração variável de longo prazo concedida a determinados executivos da Companhia, denominada “Bônus de Longo Prazo com Conversão para *Phantom Shares* após Período de Performance” (“Plano”), e tem por finalidades principais:

- (i) Incentivar a superação de metas e a maximização dos resultados da Companhia;
- (ii) Alinhar os interesses dos beneficiários do Plano com os interesses dos acionistas da Companhia;
- (iii) Fomentar a criação de cultura em que os executivos atuem como donos da Companhia (senso de propriedade); e
- (iv) Possibilitar à Companhia a manutenção de executivos, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de auferirem vantagem patrimonial decorrente do bom desempenho e da valorização da Companhia.

São elegíveis o Presidente, Vice-Presidente e Diretores ao plano que abrange metas de ciclo de três anos que, conforme o seu alcance, acarretarão na concessão de ações virtuais da Companhia (“*Phantom Shares*”), as quais poderão ser convertidas em espécie (R\$) e resgatadas pelos executivos após período de carência.

As metas atreladas ao Plano são estipuladas pela Diretoria da Companhia e aprovadas em reunião do Conselho de Administração, que também estabelece as regras de carência e resgate.

Na data da outorga esse valor é convertido em *phantom shares*. O resgate pelo associado pode ser realizado até o 10º ano seguinte ao período de outorga.

O preço de exercício será reajustado pela variação do lucro líquido da Companhia entre a data da outorga e a data de exercício, calculado como um múltiplo do phantom share até o ciclo 2016 a 2018 e a partir do ciclo de 2017 pela metodologia “*Valuation*”.

O saldo “*vested*” de “*phantom shares*” provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$5.837 (R\$6.622 em 31 de dezembro de 2017). Em 2018 foi resgatado pelos funcionários o valor de R\$938 (R\$10.588 em 2017).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Estoques (Consolidado)

	Consolidado	
	2018	2017
Produtos acabados	49.422	46.530
Matéria-prima e embalagem	79.738	46.658
Materiais auxiliares	1.608	1.874
Mercadorias para revenda	61.914	58.943
Almoxarifado (a)	81.370	74.741
Almoxarifado marketing	11.630	8.310
Estoque de vasilhames	7.188	2.078
Estoque de pallets e Eucatex	15.172	14.603
Outros	636	240
	308.678	253.977
(-) Provisão para perdas de estoques	(2.912)	(1.057)
(-) Ajuste a valor presente - estoque (b)	(2.771)	(2.509)
	302.995	250.411

(a) O estoque de almoxarifado incluem materiais de uso e consumo e materiais voltado para manutenção dos prédios, veículos, laboratórios, máquinas e equipamentos.

(b) O ajuste a valor presente foi calculado com base no giro de estoque de 20 dias em 2018.

Demonstramos a seguir a movimentação do ajuste a valor presente e provisão para perda de estoque em 31 de dezembro de 2018:

i) Ajuste a valor presente

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	(2.509)	-
(+) Adições	(2.771)	(2.509)
(-) Baixas	2.509	-
	(2.771)	(2.509)

ii) Provisão para perda de estoque

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	(1.057)	(2.836)
(+) Adições	(8.777)	(4.240)
(-) Baixas	6.922	6.019
	(2.912)	(1.057)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Tributos a recuperar e obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo				
ICMS a recuperar	-	-	109.473	83.382
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	-	101.099	141.046
IPI a recuperar (a)	-	-	23.101	75.260
PIS a recuperar	-	-	2.725	2.539
COFINS a recuperar	-	-	12.545	11.709
IRPJ/CSLL a recuperar	-	-	42.367	30.825
Outros impostos a recuperar	2.621	1.693	12.196	14.375
	2.621	1.693	303.506	359.136
Circulante	2.621	1.693	252.901	241.514
Não circulante	-	-	50.605	117.621
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	41.818	56.797
IRRF a recolher	-	-	2.489	3.042
IRPJ/CSLL a recolher	-	-	7.014	14.548
PIS a recolher	-	-	6.354	5.892
COFINS a recolher	-	-	26.506	24.411
IPI a recolher	-	-	6.392	-
Outros impostos a recolher	-	1	1.524	6.037
	-	1	92.097	110.727

(a) IPI a recuperar - o cálculo do IPI é feito com base na alíquota presente na TIPI - Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados para a classe de produtos correspondente. No caso das indústrias, o valor do IPI é calculado em relação ao valor da nota fiscal da mercadoria despachada, que pode eventualmente incluir valores sobre o frete e despesas acessórias. Tomamos créditos de IPI das seguintes entradas: Insumos (pré-forma, concentrado, materiais de embalagens e materiais auxiliares), assim como os produtos de revenda que sejam tributados pelo IPI. Referente ao IPI do Concentrado, tivemos uma alteração em 2018 conforme o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, aonde alterou a alíquota de 20% para 4%. Em 20 de setembro de 2018, foi publicado no DOU, Decreto nº 9.514/18 elevando o patamar atual, de 4%, para 12%, no 1º semestre de 2019, e reduzindo para 8%, no 2º semestre. Para 2020, a alíquota volta ao percentual de 4%.

(b) ICMS a recuperar sobre ativo fixo - a utilização do saldo é em até quatro anos. Conforme quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2019	68.078	88.081
2020	28.194	40.870
2021	3.827	10.198
2022	1.000	1.897
	101.099	141.046

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

Em 31 de dezembro de 2018

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	30.279	9.866	40.145
Perda por redução ao valor recuperável	3.246	1.168	4.414
Provisão para contingências	46.373	16.694	63.067
Perdas em operações de <i>swap</i>	(3.614)	(1.301)	(4.915)
Amortização fiscal do ágio	(130.291)	(46.914)	(177.205)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	(837)	(301)	(1.138)
Provisões para perdas e outras	31.112	11.200	42.312
	(23.732)	(9.588)	(33.320)

Em 31 de dezembro de 2017

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	26.164	7.901	34.065
Perda por redução ao valor recuperável	4.447	1.601	6.048
Provisão para contingências	37.156	13.376	50.532
Perdas em operações de <i>swap</i>	29.406	10.586	39.992
Amortização fiscal do ágio	(92.494)	(33.324)	(125.818)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	(1.246)	(448)	(1.694)
Provisões para perdas e outras	12.122	4.365	16.487
	15.555	4.057	19.612

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo da Companhia são constituídos, substancialmente, por diferenças temporárias e prejuízo acumulado, proveniente em sua quase totalidade, de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Tendo em vista a imprevisibilidade do encerramento destes processos, não é possível estimar uma data específica da realização.

A Companhia desde a sua consolidação em 2013 realizou algumas cisões e incorporações como parte do seu projeto de reorganização societária com objetivo de simplificar sua estrutura, tendo a última sido realizada em 2017, na qual a CMR foi cindida parcialmente para a Regua e totalmente para a Norsa, permitindo a utilização do ágio fiscal e consequentemente gerando uma diferença temporária, que por sua vez resultou na constituição de imposto de renda e contribuição social diferido passivo conforme regido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Corrente		
Imposto de renda	(19.634)	(24.163)
Redução de incentivo fiscal (Nota 23)	19.415	20.992
Contribuição social	(7.186)	(14.798)
	<u>(7.405)</u>	<u>(17.969)</u>
Diferidos		
Imposto de renda	(40.722)	(24.913)
Contribuição social	(14.160)	(11.294)
	<u>(54.882)</u>	<u>(36.207)</u>
	<u>(62.287)</u>	<u>(54.176)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	141.775	103.374
Resultado de incentivos fiscais distribuídos e tributados	242.823	195.201
	384.598	353.666
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(130.763)	(120.246)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	19.415	20.992
Equivalência patrimonial	(8.811)	(11.674)
Exclusão de incentivos fiscais de ICMS	58.941	60.097
Outras exclusões (adições), líquidas	(1.069)	(3.345)
	<u>(62.287)</u>	<u>(54.189)</u>
Alíquota efetiva	16,2%	15,3%

Expectativa de realização

A Companhia estima recuperar os créditos tributários decorrente de prejuízo fiscal e base negativa a compensar, conforme segue:

	<u>IR</u>	<u>CS</u>
2019	(1.826)	(657)
2020	(3.857)	(1.388)
2021	(4.750)	(1.710)
2022	(5.764)	(2.075)
2023 em diante	(14.082)	(4.035)
	<u>(30.279)</u>	<u>(9.866)</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social relativos a diferenças temporárias está condicionada a eventos futuros que tornarão as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

12. Despesas antecipadas (consolidado)

	Consolidado	
	2018	2017
Despesas de marketing a apropriar	12.766	11.365
Seguros a apropriar	2.508	2.068
IPVA a apropriar	743	762
Benefícios a apropriar	456	979
Outras despesas a apropriar	3.543	4.599
	20.016	19.773
Circulante	13.953	14.025
Não circulante	6.066	5.748

13. Depósitos judiciais (Consolidado)

Tendo em vista a existência de dúvidas quanto à legalidade e constitucionalidade da cobrança de determinados tributos e encargos sociais, a controladora e as controladas ajuizaram ações, efetuando depósitos em juízo dos valores questionados. Os principais depósitos judiciais referem-se a:

	Consolidado	
	2018	2017
Causas trabalhistas	50.198	62.072
Fiscais - ICMS	2.575	2.157
Fiscais - COFINS (a)	-	21.486
Fiscais - INSS	54.015	46.058
Fiscais - outros	68.326	61.140
Causas cíveis	9.204	2.968
	184.318	195.881

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Depósitos judiciais (Consolidado)--Continuação

- (a) O processo de COFINS (0012061-95.1999.4.05.8100) que discutia dois temas: COFINS sobre receitas financeiras e a redução para 1% do COFINS sobre o faturamento, teve seu encerramento em 2018, e consequentemente realizado o resgate por parte da união do saldo depositado em juízo, e sua provisão respectiva devidamente baixada no mesmo período.

14. Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Avaliados a equivalência patrimonial:				
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (a)	-	-	93.590	92.191
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	-	-	45.527	38.439
Trop Frutas do Brasil Ltda. (b)	-	-	24.430	24.048
Ubi 3 Participações (Ades) (c)	-	-	19.913	27.739
Solar.BR Participações S.A.	1.199.687	1.276.457	-	-
Ágio na constituição da Solar.BR	1.392.288	1.392.288	-	-
	2.591.975	2.688.745	183.460	182.417

- (a) O investimento da Leão Alimentos e Bebidas Ltda. de 7,05% em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é avaliado ao método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido e prejuízo do exercício desta investida é de R\$1.113.251 e R\$11.155 (R\$1.093.462 e R\$59.684 em 2017), respectivamente.
- (b) O investimento na Trop Frutas do Brasil Ltda. de 5,81% em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é avaliado ao método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício desta investida é de R\$420.486 e R\$9.780 (R\$413.909 e R\$10.372 em 2017), respectivamente. Não houve ágio na aquisição da Trop Frutas do Brasil Ltda.
- (c) O investimento na UBI 3 Participações Ltda. de 11,00% em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é avaliado ao método da equivalência patrimonial. Porém, até o momento, a Empresa permanece em fase pré-operacional. Em março de 2018, ocorreu um processo de cisão, em que foram reclassificados de investimento R\$27.739 para imobilizado (R\$7.826) e ágio (R\$19.913).

Informações sobre investimentos na Solar.BR Participações

	2018	2017
Lucro líquido	139.322	104.289
Patrimônio líquido	1.817.706	1.934.026
% de participação	66%	66%

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Investimentos--Continuação

Informações sobre investimentos em empresas controladas

	Norsa (a)		Regua (b)	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo)	182.212	126.278	(14.530)	(3.671)
Patrimônio Líquido	1.517.995	1.540.314	214.404	272.268
% de participação	84,08%	84,08%	99,99%	99,99%

(a) A Companhia possui 84,08% de participação direta sobre a Norsa e 15,92% de participação indireta através da Regua. O número apresenta redução de R\$3.624 (R\$2.842 em 2017), referente a lucros não realizados nos estoque no resultado de equivalência.

(b) A Companhia possui 99,99% de participação direta sobre a Regua.

Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	Solar.BR	Leão Alimentos	Trop Frutas	UBI 3	CAF	Total
Em 31 de dezembro de 2016	2.776.528	87.383	23.238	-	28.393	139.014
Adição de investimentos	-	-	-	27.738	-	27.738
Aumento de participação	-	4.396	-	-	-	4.396
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(405)	-	-	-	(405)
Outros	-	-	-	-	-	-
Recebimentos de dividendos adicionais	(164.805)	-	-	-	-	-
Transferência de investimentos	4.540	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	(16.348)	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	68.831	820	811	-	10.043	11.674
Em 31 de dezembro de 2017	2.668.745	92.194	24.049	27.738	38.436	182.417
Ajuste da adequação ao CPC 47	(4.134)	-	-	-	-	-
Ajuste da adequação ao CPC 48	2.369	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	59	-	-	-	59
Cisão UBI 3	-	-	-	(7.826)	-	(7.826)
Outros resultados abrangentes	(1.087)	-	-	-	-	-
Recebimento de dividendos adicionais	(144.033)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos mínimos	(21.839)	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	91.953	1.338	381	-	7.091	8.811
	2.591.975	95.590	24.430	19.913	45.527	183.460

Movimentação dos dividendos a receber

	2018	2017
Saldo inicial	16.348	72.794
Dividendos propostos por controladas	165.871	181.153
Recebimento de dividendos de controladas	(160.380)	(237.599)
Saldo final	21.839	16.348

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)

a) Composição dos saldos

	Taxas médias ponderadas de depreciação	31/12/2018		31/12/2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	86.225	-	86.225	83.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7%	27.555	(8.539)	19.016	18.271
Edificações	3,7%	566.749	(161.296)	405.453	401.314
Máquinas e equipamentos	6,7%	1.017.203	(508.705)	508.498	464.132
Móveis e utensílios	10,0%	33.521	(18.315)	15.206	15.730
Garrafas e embalagens	20,0%	628.451	(450.188)	178.263	196.101
Congeladores	10,0% e 20,0%	368.747	(230.885)	137.862	132.535
Computadores e periféricos	20,0%	65.415	(52.886)	12.529	13.277
Veículos	10,0% e 20,0%	225.520	(128.172)	97.348	106.652
Veículos Leasing	10,0%	41.715	(40.677)	1.038	7.800
Pallets	50,0%	14.356	(12.039)	2.317	2.685
Outras imobilizações	5,0% e 20,0%	268.501	(82.741)	185.760	169.647
Imobilizado em andamento	-	66.492	-	66.492	82.643
		3.410.450	(1.694.443)	1.716.007	1.693.787

b) Movimentação dos saldos

	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Tranferências	Outros (a)	31/12/2018
Terrenos	83.000	3.225	-	-	-	-	86.225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18.271	424	(18)	(932)	1.271	-	19.016
Edificações	401.314	21.099	(21)	(19.166)	2.227	-	405.453
Máquinas e equipamentos	464.132	106.688	(1.811)	(65.660)	5.149	-	508.498
Móveis e utensílios	15.730	1.240	(32)	(2.671)	939	-	15.206
Garrafas e embalagens	196.101	65.867	(51)	(86.878)	3.224	-	178.263
Congeladores	132.535	56.394	(2.349)	(49.279)	561	-	137.862
Computadores e periféricos	13.277	5.359	(294)	(6.215)	402	-	12.529
Veículos	106.652	4.536	(858)	(12.982)	-	-	97.348
Veículos Leasing	7.800	-	-	(3.693)	-	(3.069)	1.038
Pallets	2.685	1.681	-	(3.387)	1.338	-	2.317
Outras imobilizações	169.647	26.297	491	(16.669)	1.888	4.106	185.760
Imobilizado em andamento	82.643	848	-	-	(16.999)	-	66.492
	1.693.787	293.658	(4.943)	(267.532)	-	1.037	1.716.007

(a) Os valores apresentados na coluna de "Outros" são compostos por reversão da baixa de leasing no montante de R\$3.069 e a variação de juros capitalizados e provisão para perda com imobilizado no montante de (R\$4.106).

	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Tranferências	Outros (a)	31/12/2017
Terrenos	82.933	40	-	-	27	-	83.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.401	257	-	(880)	3.493	-	18.271
Edificações	397.590	6.202	(2.209)	(20.449)	20.180	-	401.314
Máquinas e equipamentos	493.271	19.164	(5.049)	(67.142)	23.888	-	464.132
Móveis e utensílios	17.302	649	(32)	(2.821)	632	-	15.730
Garrafas e embalagens	179.751	95.037	-	(79.093)	406	-	196.101
Congeladores	151.526	22.678	(655)	(42.647)	1.633	-	132.535
Computadores e periféricos	17.520	2.002	(4)	(6.820)	579	-	13.277
Veículos	116.893	5.345	(916)	(13.637)	277	(1.310)	106.652
Veículos Leasing	16.122	-	(51)	(6.281)	-	(1.990)	7.800
Pallets	5.797	2.069	-	(5.194)	13	-	2.685
Outras imobilizações	148.723	5.656	(5.750)	(15.046)	36.731	(667)	169.647
Imobilizado em andamento	87.767	83.042	(307)	-	(87.859)	-	82.643
	1.730.596	242.141	(14.973)	(260.010)	-	(3.967)	1.693.787

(a) Os valores apresentados na coluna de "Outros" são compostos por reversão da baixa de leasing no montante de R\$1.990, bem como reclassificação de veículos destinados à venda que foram reclassificados para outros créditos no montante de R\$1.310 e, por fim, da variação de juros capitalizados e provisão para perda com imobilizado no montante de R\$667.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

b) Movimentação dos saldos--Continuação

Imobilizado em andamento

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos, equipamentos de mercado e obras civis que entrarão em uso no exercício seguinte.

Custos de empréstimos capitalizados

Os custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de aproximadamente R\$2.236 (R\$2.812 em 31 de dezembro de 2017). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 6,01% a.a. (5,57% a.a. em 2017), que representa a taxa média ponderada dos empréstimos específicos.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

As controladas possuem certos contratos de aluguel que, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, são classificados como arrendamentos financeiros. As controladas classificam um arrendamento como financeiro quando pelo menos uma das seguintes condições é atendida:

- (i) Há a transferência de propriedade do ativo para a Empresa no fim do prazo do arrendamento;
- (ii) A Empresa tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível, e a Administração possui uma intenção provável de exercê-la;
- (iii) O prazo do arrendamento refere-se à maior parte da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida. A Administração da Empresa entende que 75% correspondem à maior parte da vida econômica do ativo; e
- (iv) No início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento totaliza pelo menos substancialmente todo o valor justo do ativo arrendado. A Administração da Empresa entende que 90% correspondem substancialmente ao valor justo do ativo arrendado.

A vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis mínimos a serem utilizados para cálculo do critério "iv" acima.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

Com base nas análises acima, a controlada Norsa Refrigerantes S.A. classificou os contratos de arrendamento em financeiro e operacional conforme segue:

c) Arrendamentos financeiros

A controlada da Companhia possui cinco contratos de arrendamento que foram classificados como arrendamento financeiro. Os principais efeitos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

c.1) *Ativo imobilizado ("Propriedades com Arrendamento Mercantil")*

Tipo	2018		Totais
	Caminhões 6 anos	Empilhadeiras 3 anos	
Prazo do contrato			
Custo	49.802	11.595	61.397
Depreciação acumulada	(49.802)	(10.557)	(60.359)
Saldo líquido	-	1.038	1.038
Circulante	-	148	148
Não circulante	-	890	890

Tipo	2017		Totais
	Caminhões 6 anos	Empilhadeiras 3 anos	
Prazo do contrato			
Custo	49.802	11.595	61.397
Depreciação acumulada	(47.665)	(5.932)	(53.597)
Saldo líquido	2.137	5.663	7.800
Circulante	496	3.146	3.642
Não circulante	1.641	2.517	4.158

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

c) Arrendamentos financeiros--Continuação

c.2) *Obrigações com arrendamento mercantil*

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Vencimentos	2018		Valor presente dos pagamentos mínimos contratuais
	Pagamentos mínimos contratuais	Desconto a valor presente	
2019	1.218	(180)	1.038
	1.218	(180)	1.038

Vencimentos	2017		Valor presente dos pagamentos mínimos contratuais
	Pagamentos mínimos contratuais	Desconto a valor presente	
2018	7.248	(3.605)	3.643
2019 em diante	4.337	(180)	4.157
	11.585	(3.785)	7.800

c.3) *Contas de resultado*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a controlada Norsa registrou no resultado do exercício, R\$3.636 (R\$6.332 em 31 de dezembro 2017) de despesas de depreciação, R\$5.280 (R\$8.444 em 31 de dezembro de 2017) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$7.149 (R\$12.607 em 31 de dezembro 2017).

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1.038 (R\$7.800 em 31 de dezembro de 2017). Todos os itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro são garantidos pelos próprios bens objetos dos contratos.

d) Arrendamentos operacionais

As controladas possuem 10 contratos de arrendamento classificados como operacionais (14 contratos em 2017), os quais referem-se, substancialmente, a aluguel de imóveis e outros, que possuem os seguintes vencimentos:

Vencimentos	Pagamentos mínimos contratuais	
	2018	2017
2018	-	20.992
2019	5.396	5.396
2020	5.155	4.402
2021 em diante	14.110	-
	24.661	30.790

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

d) Arrendamentos operacionais--Continuação

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de aproximadamente R\$20.992 (R\$17.152 em 2017).

Considerações sobre impairment

A Administração monitora os indicativos de que seus ativos imobilizados possam estar com seus valores contábeis em excesso ao seu valor recuperável. Assim, ao menos anualmente a Administração avalia se há alguma indicação de que um ativo ou grupo de ativos possa ter sofrido desvalorização. Na sua análise a Administração considera os resultados operacionais e geração de caixa no nível das suas unidades fabris, além de mudanças de tecnologia que impactem suas linhas de produção, eventuais linhas de produtos descontinuadas e que impliquem redução e/ou descontinuação do uso da linha de produção, volumes de produção, aspectos marco econômicos, dentre outros.

Com base nessas análises, a Administração concluiu que não há indicativos de perda em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

16. Intangível (Consolidado)

Composição

	2018		2017
	Custo	Amortização	Líquido
Softwares	116.507	(78.760)	37.747
Ágio adquirido (a)	590.204	-	590.204
Direito de lavra	22.094	-	22.094
Licenças (b)	2.911.605	(370)	2.911.235
	3.640.410	(79.130)	3.561.280

Movimentação

	2018	2017
Saldo inicial	3.562.429	3.564.839
Aquisições de software	13.558	8.631
Amortização de softwares	(14.337)	(12.866)
Adição de direito de uso da marca	-	1.845
Amortização do direito do uso da marca	(370)	-
Saldo no fim do exercício	3.561.280	3.562.429

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Intangível (Consolidado)--Continuação

Movimentação--Continuação

(a) Refere-se ao somatório dos ágios a seguir:

- Ágio de R\$308.724 mil pela aquisição de investimentos a valor justo na Solar.BR Participações S.A.;
- Ágio de R\$15.270 pagos pela controlada da Norsa Refrigerantes S.A., na aquisição da Real Bebidas (empresa incorporada pela NRN Comércio de Bebidas Ltda.);
- Ágios de R\$28.368 e R\$5.747 pagos pela controlada Companhia Maranhenses de Refrigerantes, na aquisição das empresas Companhia de Alimentos e Bebidas do São Francisco - CBA e Companhia das Águas Funcionais do Nordeste - CAF, respectivamente;
- Ágio de R\$15.173 pago pela Companhia Maranhense de Refrigerantes na aquisição de participação significativa da Refrescos Guararapes;
- Ágio de R\$190.658 constituído por meio de aumento de capital aportado pela Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., Coca-Cola Indústrias Ltda. e Renosa Participações S.A., quando da criação da Solar.BR, compondo o investimento da Refrescos Guararapes Ltda.; e
- Goodwill de R\$26.264 pagos pela Norsa no arrendamento da operação da Bahia pertencente ao Grupo Calmon.

A partir de janeiro de 2009, o saldo dos ágios fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, não foram mais amortizados, passando a ser submetido a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. Para fins fiscais é realizado um imposto de renda diferido sobre a amortização fiscal que totalizou R\$(177.205) em 2018 (R\$125.818 em 2017).

(b) Considera-se como licença, o direito de exploração dos produtos da marca em uma determinada área geográfica. As licenças possuem a seguinte composição:

- R\$1.507.413 pela aquisição de controle da Nordeste Refrigerante S.A. em 2013.
- R\$1.116.769 pela aquisição de controle da Refrescos Guararapes Ltda. (incluindo Sucovalle) em 2013.
- R\$285.578 pela aquisição de controle da Companhia Brasileira de Alimentos e Bebidas do São Francisco em 2011, posteriormente incorporada pela Companhia Maranhense de Refrigerantes.
- R\$1.845 pela aquisição do direito de distribuição dos produtos da Companhia Monster Energy em 2017.

17. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (Consolidado)

O valor recuperável das unidades foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela Alta Administração. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado da Solar.BR e na tendência do consumo de bebidas não alcoólicas. No longo prazo, estes itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (Consolidado)--Continuação

No que se refere às despesas operacionais, estas foram divididas em fixas e variáveis, em que as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e variação de volume. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 15,25% (12,48% em 2017) e os fluxos de caixa que excedem o período de 5 (cinco) anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6% (IPCA somado ao PIB) (7% em 2016). Como resultado dessa análise, não foi identificado perda por redução ao valor recuperável.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso tanto para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Margens brutas - as margens brutas são calculadas com base no planejamento da Companhia. Essas margens possuem suaves crescimentos devido ao ganho de eficiência, que é parcialmente compensado por pressões de custo provenientes de *commodities* e aumento de tributos.

Inflação de preços de matérias-primas - as estimativas são obtidas a partir de índices publicados para os países que fornecem as matérias-primas, bem como dados relativos às *commodities* em específico. Os valores estimados são utilizados se os dados estiverem publicamente disponíveis (principalmente para o Brasil e os Estados Unidos).

Alternativamente, as variações de preços de matérias-primas vêm sendo utilizadas como indicador de futuras variações de preço.

Premissas de participação no mercado - essas premissas são importantes, uma vez que, além de utilizar dados do segmento para taxas de crescimento, possibilitam que a Administração avalie a posição de mercado da unidade em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. Estima-se que a participação da Companhia e suas controladas no mercado de bebidas permaneça estável ao longo do período orçamentário, considerando as razões acima apresentadas.

Estimativas de taxas de crescimento - as taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados sobre o setor.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso das referidas unidades geradoras de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder significativamente seu montante recuperável.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as contas a pagar a fornecedores possuíam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Partes relacionadas (Nota 8)	-	36	80.306	116.549
Fornecedores nacionais	1.350	-	407.372	392.952
	1.350	36	487.678	509.501
Ajuste a valor presente	-	-	(3.274)	(4.615)
	1.350	36	484.404	504.886

Demonstramos a seguir a movimentação do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	(4.615)	(4.105)
AVP provisionado no ano	(3.274)	(4.615)
Reversão	4.615	4.105
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	(3.274)	(4.615)

19. Fornecedores risco sacado (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as contas a pagar a fornecedores de risco sacado possuíam a seguinte composição:

	2018	2017
Fornecedores risco sacado	285.164	204.167
Ajuste a valor presente	(4.139)	(4.015)
	281.025	200.152

Demonstramos a seguir a movimentação do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2018:

	2018	2017
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	(4.015)	(2.144)
AVP provisionado no ano	(4.139)	(4.015)
Reversão	4.015	2.144
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	(4.139)	(4.015)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Fornecedores risco sacado (Consolidado)--Continuação

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia, para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas. O valor limite liberado em contrato para utilização dessa operação em até 31 de dezembro de 2018 é de R\$555.000.

Essas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discricão do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

20. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Taxa média ponderada	2018	2017
Banco do Nordeste S.A - FNE (a)	7,58% a.a.	79.852	77.248
FINAME/BNDES (a)	5,69% a.a.	95.317	130.271
Leasing	Juros de 2,54% a.a.	52	292
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA (b)	Juros de 96% do CDI	657.912	657.210
Capital de giro	Juros de 88,5% a 119% do CDI	694.361	602.893
		1.527.494	1.467.914
Circulante		354.972	289.194
Não circulante		1.172.522	1.178.720

(a) O FNE é garantido por fiança bancária, conta reserva com valor equivalente a três parcelas do financiamento e aval do controlador; já o FINAME é garantido por alienação fiduciária e aval cruzado.

(b) No CRA as garantias são asseguradas por fiança bancária e a remuneração é sobre o valor nominal unitário do saldo devedor.

A movimentação de empréstimos e financiamentos durante o exercício é a seguinte:

	2018	2017
Saldo inicial	1.467.914	1.007.281
Entradas	273.071	1.265.279
Juros apropriados	79.460	75.255
Varição cambial	56.046	7.587
Amortização de principal	(277.830)	(818.204)
Juros pagos	(73.912)	(69.284)
Despesa de captação	2.745	-
Saldo final	1.527.494	1.467.914

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

Os montantes de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2018	2017
2019	425.427	305.377
2020	37.762	149.846
2021	687.958	28.486
2022	21.375	695.011
2023 em diante	1.172.522	-
	1.172.522	1.178.720

Cláusulas restritivas

A Companhia e suas controladas efetuaram a análise de cláusulas restritivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e não possuem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. As cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos estão principalmente relacionadas à inadimplência, medidas judiciais ou extrajudiciais que comprometam a capacidade de pagamento, insolvência e comprometimento de garantias oferecidas.

21. Debêntures

Banco	Data de emissão	Data de vencimento	Tipo de emissão	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
							2018	2017	2018	2017
Itaú	05/01/2015	31/05/2025	Simple	282.000	CDI + 2,65%	15,50%	-	226.176	-	226.176
Bradesco	05/01/2015	31/05/2025	Simple	281.000	CDI + 2,65%	15,50%	-	225.375	-	225.375
Bradesco	26/07/2013	27/06/2020	Simple	200.000	CDI+1,4%	13,07%	-	-	59.744	99.575
Bradesco	29/11/2011	29/11/2018	Simple	175.000	CDI+1,4%	13,07%	-	-	-	31.054
Itaú	29/11/2011	29/11/2018	Simple	175.000	CDI+1,4%	13,07%	-	-	-	31.054
							-	451.551	59.744	613.234
							-	(60.259)	(39.835)	(162.216)
							-	391.293	19.909	451.018

A movimentação de debêntures durante o exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	451.552	480.948	613.234	750.394
Juros apropriados	30.826	56.140	39.470	80.911
Amortização de principal	(423.952)	(14.283)	(527.033)	(123.026)
Juros pagos	(58.425)	(71.254)	(67.126)	(96.331)
Despesa de captação	-	-	1.198	1.286
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	451.551	59.744	613.234

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Debêntures--Continuação

Controladora

Em 15 de dezembro de 2014, a Renosa realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real. No total foram emitidas 563 debêntures com valor unitário de 1 (um) milhão cada uma. A escritura das debêntures previa o vencimento final para pagamento o dia 31 de maio de 2025.

Entretanto, no dia 4 de dezembro de 2018 foi realizada a quitação antecipada da totalidade das debêntures, com parte dos recursos das ações preferenciais resgatáveis.

Controladas

A controlada indireta Norsa possui dois contratos de debêntures a seguir:

- (i) Em 18 de novembro de 2011 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (1ª emissão) junto aos Bancos Itaú BBA S.A. e Bradesco BBI S.A., no montante de R\$350.000; e
- (ii) Em 26 de junho de 2013 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (2ª emissão) junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$200.000.

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019	-	30.143	19.909	69.960
2020	-	41.197	-	61.106
2021 em diante	-	319.953	-	319.952
	-	391.293	19.909	451.018

Limites e índices financeiros

O índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado nas demonstrações contábeis consolidadas, deverá ser menor ou igual a 2,5.

O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido consolidado, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 2,0 tomando por base os saldos das demonstrações contábeis consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2018, todos os índices exigidos estão sendo cumpridos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Debêntures--Continuação

Remuneração

As debêntures rendem juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,65% e 1,40% para suas controladas (1ª emissão) e 1,40% para suas controladas (2ª emissão) (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

Garantia

Controladora: as garantias são 10% de ações do capital social de sua investida Solar.BR e 9,70% das ações da própria Companhia.

Controladas: no momento da emissão as debêntures serão garantidas por fianças das empresas, Companhia Maranhense de Refrigerantes. Em 2014 as garantias foram substituídas pelas fianças das empresas, Solar.BR Participações S.A., Tocantins Refrigerantes Ltda., Norsa S.A. e Refrescos Guararapes Ltda.

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)

22.1. Instrumentos financeiros derivativos - ativo

	2018	2017
Derivativos não designados como <i>hedges</i>		
Contratos <i>swap</i>	30.105	57.426
	30.105	57.426
Derivativos designados como <i>hedges</i>		
Contratos a termo de mercadorias	678	2.534
Contratos a termo de moeda	2.671	2.550
Contrato <i>swap</i>	38.338	-
	41.687	5.084
	71.792	62.510
Circulante	51.670	39.814
Não circulante	20.122	22.696

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.2. Instrumentos financeiros derivativos - passivo

	2018	2017
Derivativos não designados como <i>hedges</i>		
Contratos <i>swap</i>	257	5.544
	257	5.544
Derivativos designados como <i>hedges</i>		
Contratos a termo de mercadorias	2.463	3.357
Contratos a termo de alumínio	-	258
Contratos a termo de moeda	2.972	188
	5.435	3.803
	5.692	9.347
Circulante	5.692	8.597
Não circulante	-	750

22.3. Operações com derivativos

Risco de preço de commodities

A Companhia compra açúcar em base contínua, uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto do açúcar para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia estabeleceu uma política de gestão de riscos. Todas as operações de contratos a termos e demais instrumentos financeiros derivativos estão em consonância com a política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. Qualquer operação no mercado de derivativos possui como único objetivo reduzir a exposição das controladas da Companhia à volatilidade do custo dos insumos de produção. A política de gestão de riscos impede a Companhia e suas controladas de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

Com o estabelecimento destes contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar com base nos contratos de compra existentes.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de *NDF* - "Non Deliverable Forward" para fins de cobertura cambial.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.4. Valor justo

O valor justo e valor contábil dos ativos e passivos financeiros não apresentam diferenças para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pois, atualmente, a Companhia registra seus instrumentos financeiros pelo valor justo.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, contas a receber e a pagar a empresas associadas se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- Valores a receber de longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia e suas controladas com base em parâmetros tais como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face a perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes, exceto aqueles designados como objeto de *hedge* (*hedge* de valor justo).

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a algumas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Tais derivativos são avaliados com base em mensuração técnica, bem como, com base em dados observáveis no mercado e referem-se, principalmente, a contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo, opções e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da *commodity* objeto.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.4. Valor justo--Continuação

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam da seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	X		
CDB			174.756
Compromissadas			132.670
Fundo de investimentos			265.107
Banco do Nordeste			22.754
Instrumentos financeiros derivativos		X	
Swap			68.442
Opções			250
NDF			3.098
			<u>667.077</u>
Passivos ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		X	
Swap			257
Opções			953
NDF			4.482
Empréstimos e financiamentos	X		1.527.494
Debêntures	X		59.744
			<u>1.592.930</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.5. Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, debêntures, fornecedores a pagar, outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. O saldo de contas a receber e outras contas a receber resultam diretamente de suas operações. A Companhia também mantém aplicações financeiras, depósitos à vista e a curto prazo e contrata instrumentos financeiros derivativos, tais como: *swaps*, opções e termos (moeda e *commodities*).

A Companhia está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão destes riscos é supervisionada pela Companhia de acordo com a estrutura de governança apropriada para que as atividades, que resultem em riscos financeiros da Companhia, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

A Companhia não contrata derivativos para fins especulativos, as operações são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais principalmente com relação ao caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e derivativos.

Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia possui operações financeiras ativas somente com bancos de primeira linha, que possuem classificação de risco (*rating*) de "Grau de Investimento". Na gestão do seu contas a receber a Companhia adota monitoramento ativo de clientes, revisão periódica de limites de clientes e controle rígido de prazos e modalidades de recebimento.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.5. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

ii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros da Companhia que são afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, e debêntures, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros, variação cambial e preço de *commodities*.

iii) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente aos empréstimos em moeda estrangeira e custos indexados à moeda estrangeira (*commodities*).

A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* designados e não designados em estruturas de hedge accounting. Dessa forma, a Administração da Companhia entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de “*swap*”, de modo que o tratamento contábil e financeiro desses empréstimos é denominado em moeda local.

O gerenciamento de risco associado a exposição a variação cambial dos custos indexados ao dólar (compra de *commodities*) está divulgado no item “risco de preço de *commodities*”.

iv) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.5. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iv) Risco de taxa de juros--Continuação

O risco de taxa de juros é gerenciado através do monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos, financiamentos e debêntures. Para mitigar esse risco, são utilizados instrumentos financeiros que visam reduzir eventuais impactos negativos das variações de taxas de juros.

v) Risco de preço de commodities

A Companhia compra açúcar em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia estabeleceu uma política de gestão de riscos que permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento do preço de tais *commodities*.

Com o estabelecimento destes contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar com base nos contratos de compra existentes.

Os instrumentos financeiros derivativos designados para hedge de fluxo de caixa para proteção da exposição ao risco de *commodities* estão demonstradas na tabela a seguir:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.5. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

v) Risco de preço de commodities--Continuação

Instrumento	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Notional	Moeda	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada	Pelo valor justo
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	607	USD	15/04/2019	Sugar	13,55	(97)
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	575	USD	31/10/2019	Sugar	12,83	26
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	586	USD	31/10/2019	Sugar	13,08	10
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	580	USD	31/10/2019	Sugar	12,95	18
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	650	USD	29/11/2019	Sugar	14,5	(91)
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	622	USD	29/11/2019	Sugar	13,88	(42)
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	907	USD	15/04/2019	Sugar	13,5	(115)
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	889	USD	15/10/2019	Sugar	13,23	1
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	894	USD	15/11/2019	Sugar	13,3	(8)
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	616	USD	29/03/2019	Sugar	13,75	(95)
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	594	USD	29/03/2019	Sugar	13,25	(69)
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	637	USD	29/11/2019	Sugar	14,23	(70)
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	638	USD	30/12/2019	Sugar	14,25	(71)
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	318	USD	31/12/2019	Sugar	14,2	(38)
Contrato de Opções de Açúcar (compra)	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	632	USD	31/12/2019	Sugar	14,1	(62)
Contrato a Termo de mercadorias	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	1.719	USD	18/02/2020	Sugar	11,80	158
Contrato a Termo de mercadorias	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	1.459	USD	20/02/2019	Sugar	13,03	(399)
Contrato a Termo de mercadorias	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	572	USD	17/06/2019	Sugar	12,77	(90)
Contrato a Termo de mercadorias	Hedge de fluxo de caixa	Sugar	5.026	USD	18/02/2020	Sugar	13,6	(625)
Contrato a Termo de Moeda	Hedge de fluxo de caixa	NDF	11.500	USD	02/01/2019	USD	3,7839	1.156
Contrato a Termo de Moeda	Hedge de fluxo de caixa	NDF	10.200	USD	01/02/2019	USD	3,9160	(416)
Contrato a Termo de Moeda	Hedge de fluxo de caixa	NDF	7.000	USD	01/03/2019	USD	3,9754	(634)
Contrato a Termo de Moeda	Hedge de fluxo de caixa	NDF	6.100	USD	01/04/2019	USD	3,9688	(458)
Contrato a Termo de Moeda	Hedge de fluxo de caixa	NDF	4.000	USD	02/05/2019	USD	3,9010	(6)
Contrato a Termo de Moeda	Hedge de fluxo de caixa	NDF	2.300	USD	03/06/2019	USD	3,8786	72
Contrato a Termo de Moeda	Hedge de fluxo de caixa	NDF	2.000	USD	01/07/2019	USD	3,9267	(14)
Total			61.621					(1.959)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.5. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

vi) Risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Visando assegurar o permanente cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia observa critérios específicos para: (i) mensuração e manutenção de um saldo mínimo de disponibilidades e aplicações financeiras ("caixa mínimo"); (ii) destinação deste saldo em investimentos financeiros; (iii) contratação de novas operações.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	1.527.494	1.754.620	393.647	513.137	847.836
Instrumentos financeiros derivativos	5.692	5.692	4.885	807	-
Debêntures	59.744	63.697	43.285	20.412	-
Total	1.592.930	1.824.009	441.817	534.356	847.836

22.6. Contabilidade de hedge

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na conta de "Outros resultados abrangentes", e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.6. Contabilidade de hedge--Continuação

Instrumento	Valor nominal (Notional)	Valor contábil		Linha do balanço patrimonial	Variação no valor justo utilizado como base para calculado da inefetividade do hedge
		Ativo	Passivo		
31 de dezembro de 2018					
Contratos de swap:					
Pré x CDI	250.000	4.224	-	Instrumentos financeiros	1.907
Libor x CDI	200.700	34.114	-	Instrumentos financeiros	2.081
Subtotal swap	450.700	38.338	-	-	3.988
Contratos de Termo/NDF:					
Compra de Termo de mercadorias	67.200	554	1.510	Instrumentos financeiros	(956)
Compra de Termo de moeda	43.100	2.671	2.972	Instrumentos financeiros	(300)
Subtotal Termo	110.300	3.225	4.482	-	(1.256)
Contratos de Opções Flexíveis					
Compra de Opções Flexíveis	53.760	250	953	Instrumentos financeiros	(702)
Subtotal Opções	53.760	250	953	-	(702)
Derivativos não designados como hedge	-	29.979	257	Instrumentos financeiros	-
Total	614.760	71.792	5.692		

Objeto	Valor contábil		Valor contábil		Linha do balanço patrimonial	Variação no valor justo utilizado como base para calculado da inefetividade do hedge
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Contrato APA	-	250.000	-	260.716	Empréstimos e financiamentos	1.839
Contrato 4131	-	103.486	-	81.318	Empréstimos e financiamentos	(2.079)
Comprimento Firme Moeda	-	43.100	2.671	2.972	Instrumentos Financeiros	(300)
Comprimento Firme Açúcar (NDF)	-	67.200	554	1.510	Instrumentos Financeiros	(956)
Comprimento Firme Açúcar (Opções)	-	53.760	250	953	Instrumentos Financeiros	(702)
Total	-	517.546	3.475	347.469		

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

22.7. Análise de sensibilidade

A administração da Solar.BR efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores imobiliários, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.7. Análise de sensibilidade--Continuação

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,40%, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Solar.BR. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pela Solar.BR é de manutenção da taxa de 6,40% em 31 de dezembro de 2018. Sobre a TJLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2018 é de 6,72% a.a. e sobre a SELIC é de 6,50%.

23. Subvenções governamentais (Consolidado)

a) Governo estadual

i) *Estado do Rio Grande do Norte: Norsa*

O benefício do PROADI, foi concedido o incentivo financeiro previsto no artigo 5º inciso I da Lei nº 7.075/97, este relacionado ao financiamento de 75% do ICMS apurado, incidente sobre produtos de fabricação própria, por um período de 10 anos, dos quais três de carência, não podendo o valor financiado ultrapassar 10% do faturamento do período. Esta subvenção foi renovada em 2013 por mais 10 anos.

ii) *Estado do Piauí: Norsa*

Em julho de 2005, a Norsa obteve a concessão de incentivo fiscal junto ao Governo do Estado do Piauí, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria. O incentivo tem prazo de 15 anos e corresponde à dispensa de 60% até 31 de julho 2017 e 50% durante o período de 1º de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

iii) *Estado do Ceará: Norsa*

As operações no Estado do Ceará gozam de incentivo fiscal até o ano de 2028, através da obtenção de financiamento junto ao Banco Bradesco S.A. Os recursos provêm do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, e consistem basicamente no financiamento de 75% sobre a base incentivada do ICMS, com a amortização no prazo de 36 meses. Caso a Norsa liquide o financiamento no prazo previsto, 80% do total financiado reverte-se na forma de incentivos fiscais.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

iv) *Estado da Bahia: Norsa*

As operações no Estado da Bahia gozam de incentivo fiscal no âmbito do programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica - DESENVOLVE, para as unidades fabris de Salvador (BA), no período de 1º de setembro de 2010 a 30 de agosto de 2022 e Vitória da Conquista (BA), no período de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho 2022.

v) *Estado do Mato Grosso: Norsa*

O benefício fiscal do PRODEIC consiste em renúncia fiscal do Estado, sobre o ICMS normal de 75% sobre as vendas dentro do Estado e das vendas fora do Estado e quanto ao crédito sobre as entradas por parte da Companhia renunciamos 75% do crédito proporcionalmente as vendas internas, e 100% do crédito proporcionalmente as vendas interestaduais. O prazo de vigência do contrato é de 10 anos contados a partir da assinatura. Tendo a sua última renovação realizada em março de 2018.

vi) *Estado do Maranhão: Regua*

A Regua goza de incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado do Maranhão, até o ano de 2024, incentivo do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão - SINCOEX - Sistema de Apoio a Indústria e ao Comércio Exterior. Esse incentivo é concedido a empresas industriais e agroindustriais, quando de sua implantação, ampliação ou realocação, dentre outras finalidades, e consiste no financiamento de até 75% do valor do recolhimento do ICMS devido, a partir da data da assinatura do contrato de financiamento.

vii) *Estado do Alagoas: Norsa*

A Norsa teve a manutenção do incentivo fiscal PRODESIN em 2016 ambas as empresas optaram pela migração do cálculo do incentivo, ficando concedido crédito fiscal presumido de 92% do saldo devedor de ICMS das operações próprias de saída de produtos industrializados pelo estabelecimento, apurado em cada período de apuração. A renovação do incentivo foi feita em Arapiraca em 2010 e Maceio em 2007, com prazo de renovação de 15 anos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

viii) *Estado do Pernambuco: Norsa*

A Companhia, por meio de suas unidades instaladas no Estado de Pernambuco, é beneficiária do incentivo fiscal estabelecido no Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - PRODEPE. Este benefício refere-se a crédito presumido de 75% (podendo chegar a na fábrica de Petrolina a 95% se ultrapassar a litragem informada em decreto), devido sobre o volume de venda de refrigerantes e 57,5% do ICMS incidente sobre o volume de vendas de água, aprovados por Decretos estaduais, com validade até 2019.

ix) *Estado da Paraíba: Regua*

No caso das unidades situadas no estado da Paraíba, a Empresa faz jus a incentivos de ICMS do FAIN - Fundo de Apoio Industrial que corresponde ao direito ao crédito presumido de 54%, sobre o montante das saídas do produto incentivado concedido em 2013, válido até outubro de 2019.

Os financiamentos incentivados, registrados líquidos dos abatimentos recebidos, têm a seguinte composição:

Indexadores	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos no Estado de Alagoas - Prodesin	4.333	15.700	20.033	4.090	20.495	24.585
Financiamentos no Estado do Maranhão	2.734	4.837	7.571	2.257	4.572	6.829
Financiamentos no Estado do Ceará	9.031	15.590	24.621	9.414	14.326	23.740
Financiamentos no Estado da Bahia	784	-	784	891	-	891
Financiamentos no Estado do Rio Grande do Norte	42	-	42	43	-	43
	16.924	36.127	53.051	16.695	39.393	56.088

Os financiamento incentivados tiveram as seguintes movimentação entre 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	56.088	56.809
Captações	13.915	11.632
Juros apropriados	1.723	1.921
Amortização de principal	(19.839)	(18.473)
Juros pagos	(1.532)	(1.972)
AVP	2.696	6.171
Saldo final	53.051	56.088

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

Os financiamentos incentivados, não circulantes, têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	14.068
2020	13.766	12.108
2021	11.670	4.065
2022	2.938	2.698
2023 em diante	7.753	6.454
	36.127	39.393

b) Governo federal

As controladas da Companhia são beneficiárias de incentivos fiscais de redução do imposto de renda. Esses incentivos possuem alíquotas de reduções de até 75% e prazos de validade de até 10 anos, dependendo do produto e da unidade de fabricação.

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$19.415 (R\$20.992 em 2017) em reduções de IRPJ relacionadas ao incentivo do Lucro da Exploração.

24. APR - Ações Preferenciais Resgatáveis

Banco	Data de subscrição	Data de vencimento	Tipo de emissão	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
							2018	2017	2018	2017
Itaú	31/08/2018	30/04/2025	APR	45.475.542	CDI	6,40%	458.834	-	458.834	-
							8.834	-	8.834	-
							450.000	-	450.000	-

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2018, os acionistas deliberaram a criação e emissão de 45.475.542 Ações Preferenciais Regatáveis (APR) no valor de R\$450.000 mil. Essas ações tem o direito de dividendos prioritário e fixos corrigidos pela variação de 100% do DI - Depósito Interfinanceiro, porém sem direito a voto nas decisões da Companhia exceto nas matérias previstas na Lei das S.A.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

24. APR - Ações Preferenciais Resgatáveis--Continuação

As ações preferenciais foram subscritas integralmente em 31 de agosto de 2018 pelo Itaú Unibanco S.A.

As APRs são resgatáveis, conforme foi estabelecido no Acordo de Investimentos, no Acordo de Acionistas e também no Estatuto Social da Companhia. O resgate dessas ações poderá se dar de maneira programada, obedecendo as regras de amortização descritas abaixo, ou também poderá ser feito antecipadamente, de forma voluntária ou compulsória.

O Cronograma de resgate de ações está assim definido:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2021	45.000	-	45.000	-
2022	45.000	-	45.000	-
2023	45.000	-	45.000	-
2024	67.500	-	67.500	-
2025 em diante	247.500	-	247.500	-
Longo prazo	450.000	-	450.000	-

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou o valor de R\$8.834 referente à remuneração das APRs em seu resultado financeiro.

25. Obrigações trabalhistas e previdenciárias (Consolidado)

	2018	2017
Salários a pagar	5.647	2.601
Benefícios a pagar	3.542	5.308
Encargos a pagar	14.332	12.888
Férias e encargos s/ férias a pagar	48.169	43.286
Outros	10.876	31.483
	82.566	95.566

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisão para contingências

Os processos prováveis têm a seguinte composição:

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	58.880	12.890	119.697	191.467
Provisão/reversão	2.616	3.483	28.687	34.786
Atualização	165	11.226	22.113	33.504
Pagamento/outros	2.886	(1.989)	(50.317)	(49.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	64.547	25.610	120.180	210.337
Provisão/reversão	2.867	5.872	33.898	42.637
Atualização	-	22.429	20.965	43.394
Pagamento/outros	(9.969)	(268)	(46.053)	(56.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.445	53.643	128.990	240.078

Quanto aos processos cíveis, as ações se referem essencialmente a danos morais e fundo de comércio.

a) Ações tributárias

Diversas ações tributárias, a Administração da Companhia e suas controladas decidiram por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável conforme detalhado a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
PIS/COFINS	-	15.066
ICMS	2.874	2.844
INSS	54.422	46.489
Outros	149	148
	57.445	64.547

A Companhia e controladas tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

a) Ações tributárias--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tributária	2.377.401	-	5.813.401	1.823.589
Cíveis	-	-	90.353	77.866
Trabalhistas	-	-	81.396	120.686
	2.377.401	-	5.985.150	2.022.141

Controladora

Exigibilidade do IRPJ e CSLL sobre ganho de capital

Em 5 de julho de 2018, a Companhia foi intimada no auto de infração da Receita Federal do Brasil 0130100.2017.00282 para exigir IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de 150% e juros de mora, relativos ao ano-calendário de 2013, sobre ganho de capital supostamente auferido no contexto da reestruturação envolvendo empresas do denominado "Sistema Coca-Cola" na região Nordeste, no Estado do Mato Grosso e em parte dos estados de Tocantins e Goiás. Exige-se também multa isolada de 50% pelo não recolhimento de estimativas mensais de IRPJ e CSLL.

A Companhia, protocolou impugnação através de seus consultores jurídicos e classificaram a probabilidade de perda como possível no montante de R\$2.377.401. Aguarda-se decisão de 1ª instância.

Consolidado

Crédito presumido do IPI

As controladas Regua e Norsa vêm sendo questionadas sobre os créditos presumidos de IPI que tomam sobre a compra de concentrados e matéria-prima da Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., localizada em Manaus, em área de Zona Franca. Por ser uma zona livre de impostos, as autoridades vêm questionando não apenas as engarrafadoras do sistema Coca-Cola sobre a legalidade do crédito presumido que tomam na compra dos concentrados, mas também diversas outras empresas que compram das chamadas "empresas incentivadas na Zona Franca".

Muito vem se discutindo sobre o mérito da questão, já que a possibilidade de ser tomar o crédito presumido é uma forma indireta de incentivo para as empresas localizadas na Zona Franca de Manaus se tornarem competitivas, pois não sofrem tributação e permitem que os consumidores empresariais (neste caso as engarrafadoras) tomem o crédito presumido de imposto que pode ser abatido do débito proveniente da produção e venda de bebidas ao consumidor intermediário e distribuidores.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Consolidado--Continuação

Crédito presumido do IPI--Continuação

A referida ação soma mais de R\$2,5 bilhão de reais, sendo este valor quase em sua totalidade defendido pela Norsa, por esta empresa e R\$52,9 milhões defendido pela Regua.

Ambas as ações referidas neste parágrafo estão sendo contestadas e, baseado na opinião dos nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é tida como possível.

26. Provisão para contingências

Apresentamos abaixo, os principais processos possíveis existentes em 31 de dezembro de 2018:

Multa por não instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV)

Nº do Processo: Execução Fiscal nº 0014829-87.2015.4.01.3300/Embargos à Execução Fiscal nº 0026949-65.2015.4.01.3300.

Descrição: a Unidade Simões Filho/BA iniciou, no final de 2007, a operação de uma nova linha de produção, mas só teve homologado o Sistema Medidor de Vazão (SVM), para controle da produção, no final de 2008. Ao identificar a ocorrência, a Receita Federal do Brasil aplicou multa da ordem de R\$35 milhões sob o fundamento de que não era possível o início da produção antes da homologação do SMV.

A multa aplicada foi contestada por duas razões: primeiro, houve erro na apuração do valor, já que foi adotada como base valor equivocado da produção; segundo, a multa no valor em que foi aplicada é desproporcional à infração apurada, em especial porque não foi apontada nenhuma irregularidade na apuração dos tributos devidos.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$73.744.

Glosa de incentivo fiscais

Nº do Processo: Auto de Infração nº 2015.000008061765-44.

Descrição: a Unidade Suape/PE teve os incentivos fiscais do ICMS, utilizados no período de junho a dezembro/2012, glosados porque, no entender do Autuante, a Empresa estaria impedida de usufruir dos referidos incentivos em razão do recolhimento do saldo remanescente do imposto, após a dedução do incentivo, com atraso.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Provisão para contingências--Continuação

Glosa de incentivo fiscais--Continuação

A glosa dos incentivos foi contestada por entendermos que o impedimento de fruição do incentivo fiscal não seria aplicável porque, apesar da empresa ter realizado o pagamento do tributo fora do prazo, este ocorreu de forma espontânea, à vista, antes de qualquer ação fiscal, bem como antes da apresentação das declarações mensais. Defendemos, ainda, que no exercício de 2012 não existia qualquer previsão legal que impedisse a fruição dos incentivos quando o pagamento do saldo remanescente ocorria com atraso.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$71.118.

Em 22 de fevereiro de 2018, a Companhia teve decisão favorável com a devida exclusão parcial do processo, restando ainda em discussão o montante de R\$2 milhões classificado como prognóstico de perda possível pelo advogados.

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

Nº do Processo: Auto de Infração nº 10380.730186/2016-27.

Descrição: tem sido bastante discutida a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais na forma de redução do ICMS como estímulo à implantação e manutenção de indústria nos Estados concedentes.

A Receita Federal do Brasil entende que apenas os incentivos fiscais qualificados como “subvenções para investimento”, e desde que atendidos diversos requisitos formais, não sofreriam a incidência do IRPJ e da CSLL. Por isso, vem atuando, sistematicamente, as empresas beneficiárias de incentivos fiscais estaduais.

Em novembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160 e a tendência é encerrar a discussão, já que, em seu texto, ficou definido que os incentivos fiscais vinculados ao ICMS concedidos pelos Estados serão qualificados como “subvenção para investimentos” e não serão tributados pela RFB (em especial IRPJ e CSLL) se forem validados na forma prevista naquele normativo. É possível que todos os incentivos sejam validados no decorrer de 2018 e a discussão será encerrada.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$57.435.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Provisão para contingências--Continuação

Operações com depósito fechado

Nº do Processo: Auto de Infração nº 201709913-1.

Descrição: a Unidade Maracanaú/CE teve as notas fiscais de remessa para depósito fechado consideradas inidôneas por entender, o Fisco, que se trata de remessa para depósito de terceiro.

A declaração de inidoneidade da nota fiscais foi contestada porque se trata de remessas para depósito próprio, vizinho e extensão da unidade industrial. Isso porque, desde de 2008, a Empresa havia locado o imóvel objeto da controvérsia. Imóvel este que veio a ser adquirido em 2014. Dessa forma não se trata de remessa para terceiro, mas de remessa para depósito da própria empresa.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$54.940.

As demais causas tributárias possíveis totalizam aproximadamente R\$110 milhões que correspondem à questionamentos sobre compensações e recolhimento de tributos federais e estaduais.

27. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social é de R\$533.671, composto por 396.243.557 ações nominativas ordinárias, todas sem valor nominal, conforme composição a seguir (em milhares de ações):

<u>Acionista</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>% capital votante</u>
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	37.643	9,50%
Forsab Investments (Proprietary) Limited	94.164	23,76%
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	28.274	7,14%
Holdco 0 Participações S.A.	198.519	50,10%
Calília Investimentos S.A.	37.644	9,50%
	<u>396.244</u>	<u>100,00%</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

b) Reservas de lucros

i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessa reserva era R\$100.134 (R\$98.086 em 2017).

ii) *Reserva para investimentos*

A Administração da Companhia mantém reserva para investimentos com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos e conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva era de R\$1.253.398 (R\$1.236.845 em 2017).

iii) *Reserva de lucros a realizar*

Em 12 de abril de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, no montante de R\$80.740.

Em 25 de maio de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral extraordinária a distribuição de R\$36.000 de dividendos intermediários.

c) Destinação dos lucros

O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, como previsto na Lei nº 6.404/76. A Administração consignou nas demonstrações contábeis os dividendos a pagar no montante de R\$7.518 (R\$3.260 em 2017), conforme demonstrado a seguir:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

c) Destinação dos lucros--Continuação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro do exercício	32.118	13.727
Remuneração das APRs (a)	8.834	-
Lucro líquido ajustado	40.952	13.727
Reserva legal - 5%	(2.048)	(686)
Lucro distribuível	38.905	13.040
Remuneração de APRs	(8.834)	-
Base de cálculo para distribuição de dividendos	30.070	13.040
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	7.518	3.260
Quantidade de ações - em milhares	396.244	396.244
Dividendos por lote de mil ações - R\$	0,02	0,03

A movimentação dos dividendos no exercício foi a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	3.260	54.451
Provisões:		
Dividendos adicionais aprovados	80.740	96.749
Dividendos adicionais	36.000	-
Dividendo mínimo obrigatório	7.518	3.260
Pagamentos:		
Dividendos pagos	(109.700)	(156.238)
Saldo final	17.818	3.260

(a) Este valor de remuneração das APRs (Nota 24) foi registrado no resultado como despesa financeira.

d) Outros resultados abrangentes

Hedge accounting

A partir de 2015, a parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* passou a ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido das controladas, com reflexo proporcional no patrimônio líquido da Companhia, no montante de R\$1.087(R\$4.539 em 2017).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Receita operacional líquida (Consolidado)

	2018	2017
Receita bruta de vendas		
Vendas de produtos	3.640.362	3.495.862
Revendas de mercadorias	1.560.518	1.439.518
	5.200.880	4.935.380
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	(214.151)	(95.361)
(-) Impostos sobre o faturamento	(1.264.555)	(1.267.404)
	(1.478.706)	(1.362.765)
Receita operacional líquida	3.722.174	3.455.718

A seguir a abertura da receita bruta de vendas por categorias de produtos:

	Consolidado	
	2018	2017
Refrigerantes	3.990.146	3.970.295
Cervejas	632.440	441.612
Still	402.568	359.904
Águas	162.547	143.616
Outros	13.179	19.952
	5.200.880	4.935.380

29. Custo dos produtos e mercadorias vendidos (Consolidado)

	Consolidado	
	2018	2017
Matérias-primas e embalagens	(2.077.467)	(1.841.505)
Pessoal	(116.490)	(118.917)
Depreciação e amortização	(142.950)	(144.206)
Custos gerais	(146.838)	(140.844)
	(2.483.745)	(2.245.472)

30. Despesas com vendas (Consolidado)

	Consolidado	
	2018	2017
Salários e encargos	(313.486)	(272.506)
Outras despesas com pessoal	(133.998)	(126.559)
Materiais e manutenção	(37.870)	(23.775)
Depreciação e amortização	(106.248)	(98.356)
Aluguéis e seguros	(7.338)	(7.879)
Serviços de terceiros	(11.543)	(23.401)
Água, energia e telecomunicação	(3.175)	(3.019)
Outras despesas	1.097	(20.830)
	(612.561)	(576.325)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

31. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos	-	-	(88.695)	(83.854)
Outras despesas com pessoal	-	-	(36.965)	(50.058)
Materiais e manutenção	-	-	(15.273)	(13.520)
Depreciação e amortização	-	-	(33.041)	(30.336)
Aluguéis e seguros	-	-	(16.981)	(11.812)
Serviços de terceiros	(21.598)	(123)	(84.953)	(63.377)
Água, energia e telecomunicação	-	-	(19.566)	(17.788)
Outras despesas	(79)	(25)	(21.729)	(23.360)
	(21.677)	(148)	(317.203)	(294.105)

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	(32.827)	(56.141)	(123.882)	(156.850)
Despesas com remuneração de Ações Preferenciais Resgatáveis	(8.834)	-	(8.834)	-
Despesa de IOF	-	-	(1.173)	(1.655)
Despesa de tarifas bancárias	-	-	(5.531)	(9.796)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.162	(4.778)
Juros de arrendamento mercantil	-	-	(5.280)	(8.444)
Ajuste a valor presente	-	-	(42.920)	(48.396)
PIS/Cofins sobre receita financeira	-	-	(1.529)	(1.597)
Variações monetárias passivas	-	-	(39.152)	(24.930)
Outras despesas financeiras	(289)	(193)	(13.158)	(17.438)
	(41.950)	(56.334)	(237.297)	(273.884)
Receitas financeiras				
Receitas de juros ativos recebidos	-	-	10.314	7.508
Rendimentos de aplicações financeiras	3.700	1.391	28.498	23.668
Rendimentos de aplicação de reinvestimento	-	-	1.656	5.042
Descontos obtidos	-	-	(63)	481
Adicional financeiro	-	-	18.963	11.214
Ajuste a valor presente	-	-	(120)	9.066
Outras receitas financeiras	93	-	419	1.239
	3.793	1.392	59.667	58.218
Variações cambiais (líquidas)	-	-	(4.007)	(34.410)
Resultado financeiro	(38.158)	(54.942)	(181.637)	(250.076)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

33. Compromissos (Consolidado)

Compromissos advindos da aquisição de ativos imobilizados

Em 31 de dezembro de 2018, as controladas da Solar.BR tinham compromissos de imobilizados a serem realizados em 2019 de R\$153.248 (R\$115.179 em 2017).

34. Cobertura de seguros (Consolidado)

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos, conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor. As coberturas de seguros, por eventos independentes, para cobrir eventuais sinistros em 31 de dezembro de 2018, estão resumidas a seguir:

<u>Coberturas</u>	<u>Valor</u>
Empresarial (a)	304.188
Responsabilidade civil geral (b)	15.000
Transportes de cargas (c)	3.500
Danos materiais e corporais	15.000
Responsabilidade civil para administradores	20.000
Lucros cessantes	113.000
Riscos diversos	36.390
	<u>507.078</u>

(a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos e furtos qualificados.

(b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente, em sentença judicial transitada em julgado

(c) Cobertura de danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.

A Companhia e suas controladas não estão prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acreditam que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil. A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo de exames dos auditores independentes.

* * *